



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2014

MPE quer cirurgias pediátricas no Huse

Euza Missano entrou na manhã de ontem, terça-feira, 25, com uma Ação Civil Pública com pedido liminar em face do Estado de Sergipe e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para garantir que as cirurgias pediátricas voltem a ser realizadas no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse). A ACP pede que num prazo de 30 dias sejam formadas as escalas completas de cirurgias pediátricas para atender às 336 horas necessárias de cobertura da assistência cirúrgica, com no mínimo dois médicos por plantão.

A ação pede ainda que as escalas sejam formadas com

a ciência inequívoca dos médicos cirurgiões e publicadas em local de fácil acesso aos pacientes. “Queremos também que a completa e imediata assistência às crianças e adolescentes, em situação de urgência e emergência, com risco de morte, realizem o quanto antes as cirurgias nos hospitais filantrópicos, mas caso isso não seja possível em decorrência da demanda que eles sejam encaminhados pelo Estado a hospitais da rede privada”, destacou a promotora Euza Missano na ação.

Um prazo de 30 dias foi dado também para que o abastecimento de medica-

mentos, insumos e materiais no Huse seja efetivado para que a plena estabilização dos procedimentos cirúrgicos seja realizada. “A exemplo do material anestésico descartável e de uso permanente para o centro cirúrgico. Além de colchões térmicos e/ou controle térmico da sala destinada às cirurgias pediátricas, roupas privadas para acompanhantes das crianças e produtos instrumentais cirúrgicos específicos para dissecação intravenosa”, destacou a promotora.

A medida solicita ainda à Justiça que caso as determinações sejam descum-

pridas dentro deste prazo uma multa de R\$10 mil seja cobrada por dia e que o valor arrecadado por ela seja revertido para o Fundo de reconstituição do bem lesado ou para depósito em conta corrente a ser providenciada por ordem judicial. “Não podemos deixar que as crianças e os adolescentes continuem desassistidos, por isso entramos na Justiça para que o Estado pague por essas cirurgias pediátricas em hospitais filantrópicos e, se não houver condições, em hospitais privados, enquanto não se regularize a escala pediátrica no Huse”, afirmou Euza.